

edp

Renováveis

ATIVO

Circulante

Caixas e equivalentes de caixa

Impostos a compensar

Não circulante

Partes relacionadas

Imobilizado

Total do ativo

10

11

12

13

13

222

2.483

124.186

126.669

126.904

38.996

31/12/2024

31/12/2023

38.996

38.996

-

-

-

-

-

-

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de reais)

31/12/2024

31/12/2023

Resultado líquido do exercício

Resultado abrangente do exercício

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

(328)

(328)

(109)

(109)

17

53

(381)

(381)

(381)

(328)

(328)

(328)

(328)

(328)

(328)

31/12/2024

31/12/2023

(109)

(109)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Itaúna II S.A. ("Companhia" ou "EOL Itaúna II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em julho de 2022, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da A Central Eólica Itaúna II, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 83, Lapa de Baixo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, 1.1. **Autorização da central geradora eólica:** Em 17 de agosto de 2021 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 08 de agosto de 2056. O Parque solar encontra-se em construção, com data prevista para entrada em operação no 1º trimestre de 2025.

Empresa

Usinas

Modalidade

Outorga

Estado

Capacidade instalada (MW)

Data do início da outorga

Autorização / Registro

Início

Término

</

...continuação						CENTRAL EÓLICA ITAÚNA II S.A. CNPJ/MF nº 47.027.303/0001-61		
Obrigações de compras	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total	energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de janeiro 2024 a dezembro 2038, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.		
	22	2	-	-	24			
Total	22	2	-	-	24			
Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico. As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. A Companhia assinou contrato de comercialização de						<div><div>Diretoria</div><div>Ricardo Ferraz</div><div>Diretor</div><div>Alfredo Antônio Tessari Neto</div><div>Contador CRC: 1SP176534/O-5</div></div> <div><ul style="list-style-type: none">Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.<p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p></div> <div>São Paulo, 18 de junho de 2025</div> <div><div>PricewaterhouseCoopers</div><div>Audidores Independentes Ltda.</div><div>CRC 2SP000160/O-5</div></div> <div><div>Adriano Formosinho Correia</div><div>Contador</div><div>CRC 1BA029904/O-5</div></div>		
20. MEIO AMBIENTE A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 869, relativos à								
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.								
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: <ul style="list-style-type: none">Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.								
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela								

